



## PLANO MUNICIPAL PARA SUSTENTABILIDADE DA CULTURA EM CACHOEIRA DO SUL/RS

*Marisa Timm Sari<sup>1</sup>*

*Mirian Regina Machado Ritzel<sup>2</sup>*

Este artigo pretende apresentar as diferentes etapas e estratégias democráticas para a construção do Plano Municipal de Cultura (PMC) decenal do município de Cachoeira do Sul/RS, um dos importantes requisitos para o cumprimento do Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura, assinado pelo Prefeito Municipal com o Ministério da Cultura (MinC)<sup>3</sup>, que objetivou a criação do Sistema Municipal de Cultura (SMC). Entende-se ser impossível qualquer organização e sistematização sem um documento norteador consistente, elaborado com a maior participação possível de todos os envolvidos.

O PMC deve responder a duas perguntas básicas: “Onde queremos chegar? O que se deseja mudar ou desenvolver na cultura do município?” (BRASIL, 2013, p. 48). O desafio de responder a estas perguntas e decidir os termos da política cultural estava, em grande parte, atrelado à construção de um instrumento capaz de traduzir a complexidade das experiências de um município com características históricas marcantes, atividades com tradição cultural e bagagem suficientes para inspirar outros municípios da região, porém carente do planejamento formal que encaminhasse para o desenvolvimento da área da cultura e a sua sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Extensão universitária em EAD para elaboração de Planos Municipais de Cultura (UFBA/MinC). Foi coordenadora de educação e cultura da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) em Porto Alegre e Secretária Municipal de Educação e Cultura de Cachoeira do Sul/RS. É presidente da Associação Cachoeirense de Amigos da Cultura (Amicus).

<sup>2</sup> Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cachoeira do Sul. É vice-presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeira do Sul (CMPC) e do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural (COMPAHC). Foi dirigente municipal de cultura de Cachoeira do Sul. Atua com pesquisa, orientação e divulgação da história do Município e é autora do blog [www.historiadecachoeiradosul.blogspot.com.br](http://www.historiadecachoeiradosul.blogspot.com.br).

<sup>3</sup> Publicado no Diário Oficial da União em 24 jul. 2013.

Estas noções de desenvolvimento e sustentabilidade referenciadas à cultura têm conquistado avanços em todo mundo, nas últimas décadas. A ideia de desenvolvimento vem procurando se distanciar do conceito que a identificava, tão somente, com a ideia de crescimento econômico. Busca-se uma nova compreensão desse entendimento, numa perspectiva pluridimensional que abranja a inclusão social, o compromisso com o meio ambiente e o equilíbrio da economia.

Cumprir destacar a 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que adotou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com o envolvimento ativo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que inclui pela primeira vez a cultura entre os referidos objetivos. Conforme a própria UNESCO, “a cultura contribui com a redução da pobreza e prepara o caminho para um desenvolvimento centrado nos seres humanos, inclusivo e equitativo. Nenhum desenvolvimento pode ser sustentável sem esses valores”.<sup>4</sup>

É importante salientar que o Núcleo Municipal da Cultura (NMC), órgão dirigente da cultura em Cachoeira do Sul, vinculado ao gabinete do Prefeito, havia constituído um grupo composto por representantes da administração municipal e da Associação Cachoeirense de Amigos da Cultura (Amicus), para elaborar o Plano de Trabalho referente ao Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura, em outubro de 2013. O objetivo, de fato, era a melhoria da gestão cultural, como atualmente está previsto no PMC para ser alcançado até 2025. A área da cultura não possui quadro próprio de pessoal, ficando na dependência da disponibilidade de cedências da Secretaria Municipal de Educação (SMEd) e de outros órgãos, além de carecer de programas de formação de profissionais. O desafio em 2013 já era organizar o SMC, conforme estabelecido no Acordo firmado com o MinC para adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). Dentre os cinco componentes previstos para o Sistema, já havia o órgão gestor da cultura, o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) em funcionamento e três conferências municipais de cultura realizadas nos anos de 2005, 2009 e 2013. As três conferências propuseram a implantação da Secretaria Municipal de Cultura, além dos mecanismos para seu financiamento. Faltava também outro componente indispensável ao Sistema: o Plano Municipal de Cultura.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/2030-agenda-for-sustainable-development/unesco-and-sustainable-development-goals/>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

A primeira tarefa desenvolvida pelo grupo, constituído para executar as ações estabelecidas pelo Acordo, foi reunir toda documentação existente sobre a área da cultura, como subsídio para a elaboração do anteprojeto de lei de criação do SMC. A construção do PMC constituiria uma etapa posterior, quando chegasse o momento de completar os componentes básicos do Sistema.

A chance de ser elaborado o Plano com prioridade, sob a orientação de profissionais qualificados, veio com o aceite do município de Cachoeira do Sul em participar do Projeto de Elaboração dos Planos Municipais de Cultura que foi oferecido pelo MinC, sendo contemplado com duas vagas, uma para o representante municipal e outra para o da sociedade civil, os quais realizaram Formação para Elaboração de Planos Municipais de Cultura em Ambiente de Aprendizagem a Distância, promovida pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em parceria com o referido Ministério, de setembro de 2014 a abril de 2015, totalizando 141 horas. As duas indicações da Prefeitura Municipal foram a dirigente municipal de cultura e a representante da Amicus, ex-secretária municipal de educação e cultura, que assessorava a discussão do SMC. Em consequência, ambas passaram a realizar as atividades necessárias à elaboração do PMC, com a colaboração de uma pesquisadora do Arquivo Histórico que também fora dirigente municipal de cultura. Assim, o Arquivo passou a sediar os trabalhos de elaboração do referido Plano.

Em março de 2015, o Executivo Municipal realizou alterações no seu quadro de chefias, ocorrendo substituição da dirigente municipal de cultura, o que significou um desafio para a continuidade do trabalho. Optou-se pelo diálogo com o Prefeito e com a nova dirigente para evitar rupturas na proposta de elaboração do PMC. A ex-dirigente foi convidada a seguir participando do Curso e da equipe de trabalho, sendo designada para atuar junto ao Arquivo Histórico até a conclusão do mesmo. Com o seu afastamento da Prefeitura Municipal, em fins de abril do mesmo ano, foi substituída pela pesquisadora do Arquivo que já atuava como colaboradora na equipe do PMC. A pequena equipe, formada inicialmente por três pessoas, com as modificações impostas pela mudança no quadro de chefias, ficou reduzida a apenas duas, uma representando a sociedade civil e a outra o poder público municipal.

De acordo com orientações do Curso, iniciou-se o trabalho pela caracterização do município e pela definição de seu panorama cultural (manifestações, segmentos culturais, bens de cultura e infraestrutura física e tecnológica). Esta análise possibilitou a constatação da tradição cultural do município e da carência de um instrumento

de gestão capaz de orientar, coordenar e promover a manutenção, ampliação e sustentabilidade da área da cultura.

Cachoeira do Sul é um município com fortes características históricas, dada a sua condição de quinto mais antigo do Rio Grande do Sul. A formação étnica, muito em razão do período em que teve início o seu povoamento<sup>5</sup>, foi variada, fator que provocou uma situação de pluralidade cultural. Portugueses continentais e insulares, índios oriundos das Missões e negros foram os primeiros povoadores, imprimindo traços de suas culturas na formação local.

Com a chegada dos imigrantes alemães<sup>6</sup> e dos italianos<sup>7</sup>, foram agregados ao município diferentes modos de produção e de viver, o que se verificou também com a chegada de judeus, árabes e japoneses em princípios do século XX.

As raízes históricas fincadas ainda ao tempo do Tratado de Madrid, quando as fronteiras do Sul eram disputadas a ferro e fogo por espanhóis e portugueses e associadas aos diferentes tipos que participaram da gênese do município, forjaram uma terra rica em história e cultura. Associou-se a isto a grande área territorial da Vila Nova de São João da Cachoeira, nome que o município tomou ao se emancipar de Rio Pardo<sup>8</sup>, quinhão que foi berço de muitos outros municípios com características próprias e, ao mesmo tempo, comuns à grande Cachoeira.

Muitas personalidades de destaque estadual e nacional nasceram em Cachoeira do Sul, deixando suas marcas em diferentes segmentos e épocas, conforme Schuh e Carlos (1991, p. 50-62).

Banhada pelo rio Jacuí, um dos maiores e mais importantes do Rio Grande do Sul, Cachoeira do Sul fica no centro do estado, na chamada área da depressão central, distando 197 km da capital, Porto Alegre. A população estimada em 2018 é de 82.547<sup>9</sup>, distribuída na sede e em seis distritos: Barro Vermelho, Capané, Cordilheira, Bosque,

---

<sup>5</sup> 1750.

<sup>6</sup> 1857.

<sup>7</sup> 1880.

<sup>8</sup> 26 abr. 1819.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/panorama>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

Ferreira e Três Vendas. Os municípios limítrofes são Cerro Branco, Paraíso do Sul e Novo Cabrais (Norte), Restinga Seca e São Sepé (Oeste), Caçapava do Sul (Sul) e Candelária (Leste). O relevo é basicamente formado por campinas e coxilhas, tendo algumas montanhas ao Norte. A cidade apresenta boa arborização distribuída em terrenos, ruas e praças e mantém um jardim botânico rico em espécies vegetais nativas. Estes espaços públicos são bem frequentados, constituindo-se em locais de convivência da população.

O contingente populacional tem apresentado tendência ao decréscimo, pois muitos jovens partem em busca de oportunidades em centros maiores. A concentração de habitantes é maior na zona urbana, onde há três bairros populosos: Noêmia, Quinta da Boa Vista e Marina, sendo a densidade demográfica de 22,44 habitantes por quilômetro quadrado<sup>10</sup>. As mulheres sobrepõem os homens no número de habitantes.

A paisagem urbana é marcada por edificações que revelam diferentes momentos econômicos e culturais. Há 13 bens tombados como patrimônios históricos na cidade e dois na zona rural, obra do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural (COMPAHC), criado em 1981. Três também têm o reconhecimento estadual pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE).

O campo ainda é o grande gerador de riqueza para o município, razão da flutuação dos índices econômicos pelas constantes crises enfrentadas pela agricultura, sendo a soja uma das maiores lavouras, seguida pelo arroz. Cachoeira do Sul ostenta o título de Capital Nacional do Arroz por ter sido o berço da irrigação artificial das lavouras, no início do século XX, e sedia a Feira Nacional do Arroz (FENARROZ), evento orizícola que apresenta as inovações do setor. As produções de noz pecã e de azeite de oliva têm apresentado um significativo crescimento.

A pecuária mantém-se como importante segmento econômico e se constitui em grande vocação dos campos cachoeirenses. A indústria, por sua vez, tem tradição no segmento metal-mecânico e o setor de comércio e serviços tem atraído grandes empresas que mantêm filiais nas principais cidades do país.

O município dispõe de uma boa rede de ensino municipal, estadual e particular e tem expandido muito o ensino superior, com oferta de vagas em dois campi públicos, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e Universidade Federal

---

<sup>10</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

de Santa Maria (UFSM), e um privado, Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), possuindo polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e de outras universidades. A 24ª Coordenadoria Regional de Educação (24ª CRE), com sede em Cachoeira do Sul, coordena o ensino estadual em 11 municípios.

No âmbito militar, a cidade possui desde a década de 1920 uma guarnição federal integrada por duas unidades, o 13º Grupo de Artilharia de Campanha (13º GAC) e o 3º Batalhão de Engenharia de Combate (3º BECmb), que atraem jovens da região quando do alistamento obrigatório e oficiais dos mais diferentes recantos do país, colaborando para a economia local e participando ativamente da vida cultural e social do município. Além das unidades militares, na área da segurança, a cidade dispõe de cinco delegacias de polícia, um presídio estadual e um quartel da Brigada Militar.

Na área da saúde, o município participa de programas de prevenção e assistência tanto na zona urbana quanto rural, possuindo um único hospital, de caráter regional, e sedia a 8ª Coordenadoria Regional de Saúde (8ª CRS), atualmente com abrangência sobre 12 municípios.

Em termos de cultura, lazer e entretenimento, Cachoeira do Sul possui tradicionais clubes sociais, sendo um deles mais do que centenário, balneários públicos e privados, e atrações rotineiras em praças públicas, iniciativas de entidades, clubes de serviço, empresas e órgãos de imprensa.

A Prefeitura Municipal também oferece opções de cultura, conhecimento e lazer, coordenadas pelo NMC e suas instituições culturais: Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul “Carlos Salzano Vieira da Cunha”, Atelier Livre Municipal Professora Eluiza de Bem Vidal, Biblioteca Pública Municipal “Dr. João Minssen” e Museu Municipal de Cachoeira do Sul – Patrono Edyr Lima. Há também uma entidade de apoio às iniciativas culturais públicas e privadas, a Amicus. Juntas, estas entidades promovem estudos e pesquisas, feiras de livros, festivais de música, exposições de arte, cursos e outras atividades de caráter educativo-cultural. O município oferece também à visitação pública o Jardim Botânico e Zoológico Municipal, instalado no centro da cidade, no Parque Municipal da Cultura.

O poder público municipal, apesar da existência de instituições municipais de cultura com tradição e confiabilidade, não tem implantada uma política pública para a cultura, embora a aprovação do Plano Municipal de Cultura (2016-2025) e a tradição na área. Mantém ativo o CMPC e tem realizado, sempre que convocadas

nacionalmente, as Conferências Municipais de Cultura, instâncias de discussão e avaliação da cultura local.

O PMC poderá ser o instrumento capaz de impulsionar as mudanças necessárias, uma vez que faz a análise criteriosa dessa realidade com suas potencialidades e fragilidades, estabelecendo diretrizes, prioridades, objetivos, estratégias e metas a serem alcançadas num decênio. Compromete, portanto, diferentes gestões municipais.

Torna-se, por isso, um instrumento indispensável a qualquer município que pretende valorizar a sua cultura, democratizar o seu acesso aos cidadãos e torná-la sustentável. Entende-se por desenvolvimento sustentável aquele que permite liberar os seres humanos da pobreza, proteger o meio ambiente e garantir o acesso de todos aos bens culturais, buscando concretizar os direitos humanos da população.

Entretanto, antes de se falar no devir, é necessário pensar na construção desse Plano. Como dar-lhe consistência para que possa promover mudanças? Como fazer para que todos se sintam contemplados? Como dar voz e espaço a todas as manifestações culturais? Como valorizar e preservar o passado sem estabelecer relações com a realidade presente e a projeção para o futuro?

Trabalho de fôlego, a construção do PMC necessitaria sensibilização e mobilização da comunidade, de atores e de entidades culturais de forma que seu resultado refletisse o comprometimento do poder público e da sociedade local na análise da conjuntura para uma posterior e efetiva gestão da cultura. Também foi importante a identificação e a articulação de pessoas e entidades capazes de opinar, dividir experiências e manifestar anseios sobre atividades de cunho cultural, cuja participação forneceria elementos para o processo de verificação da realidade local e para o planejamento do PMC. Segundo Oliveira (2006, p. 274), “Temos longas décadas de experiências fracassadas de planejamento, com planos mirabolantes ou megalômanos, que no papel funcionam, mas não na prática, onde alcançam resultados decepcionantes ou desastrosos”.

Para atendimento de todas estas questões e a construção adequada e democrática do Plano, que pressupõe a ampla participação das instâncias públicas e da sociedade, foram realizadas diversas ações estratégicas que forneceram as informações necessárias para definir o seu conteúdo e a sua abrangência. Tais ações, desenvolvidas e aqui descritas numa sequência cronológica, buscaram dar voz às experiências e anseios da comunidade no que tange à sua vivência com manifestações e iniciativas

culturais, procurando definir que resultados, mudanças e desenvolvimento atingir, com o compromisso de todos na sua implementação.

### **1. Seleção e análise dos principais documentos e atos legais de referência para a área da cultura de Cachoeira do Sul.**

A área da cultura do município, ainda que não sistematizada com todos os componentes preconizados pelo MinC, possui um conjunto de documentos que a regem ou dão apoio. Dentre os documentos levantados estão leis e decretos de criação das instituições municipais de cultura e conselhos, propostas de conferências, projetos culturais e outros, como uma carta aberta à cultura advinda de um fórum de âmbito municipal que reuniu na cidade autoridades e nomes consagrados da cultura estadual. A relação de todos estes documentos foi anexada ao final do PMC<sup>11</sup>.

### **2. Audiências com os diversos segmentos da cultura cachoeirense.**

Foi este o momento de chamar a comunidade para o debate público sobre o Plano e responder às perguntas “Como estamos? Qual a situação atual da cultura?” (BRASIL, 2013, p. 29). Para que o PMC refletisse a realidade vivida pelos atores e instituições culturais, permitindo uma análise criteriosa da gestão pública e das ações e projetos desenvolvidos, foram realizadas audiências e reuniões, em momentos distintos, envolvendo todos os segmentos da cultura elencados na Lei nº 3.975/2010, que criou o CMPC, quais sejam: artes visuais; artes plásticas e artesanato; audiovisual; artes cênicas e dança; folclore e tradição; humanidades; literatura; música; patrimônio cultural material e imaterial; carnaval. Tanto os atores culturais que compareceram às audiências, como os que não se fizeram presentes, receberam planilhas para preenchimento das atividades normalmente desenvolvidas por seus segmentos, assim como as propostas futuras. Ainda foram contatadas a 24ª CRE e a SMEd como parceiras do PMC. Em reuniões ordinárias do CMPC e COMPAHC, os conselheiros foram instados a serem portadores das propostas de seus segmentos para a construção democrática do PMC. Também os ex-presidentes da Amicus foram reunidos para relatarem suas expectativas para o delineamento de uma política cultural consentânea com as experiências vivenciadas ou protagonizadas pela entidade ao longo de sua trajetória. A maior amostragem dos segmentos culturais, levando em consideração as entidades que preencheram a planilha com dados de ações em realização e de ações novas, se deu com oito entidades e indivíduos que se identificaram no segmento artes visuais, artes plásticas e artesanato, com predominância

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/arquivos/52\\_plano\\_municipal\\_de\\_cultura.pdf](https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/arquivos/52_plano_municipal_de_cultura.pdf)>.



deste último, abrangendo também cinema e ilustração gráfica. No segmento da música, quatro planilhas foram entregues, destacando iniciativas de docência/musicalização, canto e banda marcial. O segmento de artes cênicas e dança manifestou-se com uma única planilha, relacionada a oficinas de dança realizadas em escolas. Na tradição e folclore, apenas uma entidade se manifestou, responsável que é por um dos mais bem-sucedidos eventos do segmento no município. No segmento literatura, apesar da significativa produção literária verificada no município, apenas uma planilha chegou à equipe encarregada da elaboração do PMC, trazendo informações de reedições de obras de conhecida escritora local. O mesmo se deu com o segmento do patrimônio cultural material e imaterial, planilha preenchida por membros do COMPAHC enfatizando a necessidade de legislação protetiva para outras formas que não o tombamento e o investimento em educação patrimonial. Humanidades e carnaval apresentaram planilhas de ações culturais de entidades voltadas para a promoção da igualdade racial e de talentos negros, com destaque para um coral guarani que reúne canto e dança, e iniciativas de incentivo e sustentabilidade do carnaval de rua envolvendo cinco entidades carnavalescas e o poder público. Atenderam à solicitação a SMEd e 24ª CRE apresentando levantamento das iniciativas de caráter cultural desenvolvidas pelas escolas da rede municipal e estadual de ensino em seus setores de arte e cultura. As instituições municipais de cultura, por sua vez, foram consultadas por meio de suas chefias, relatando as carências dos setores, as necessidades para melhoria das ações culturais inerentes às suas especificidades e funções e os investimentos exigidos para outras iniciativas. O diálogo com os atores e entidades foi fundamental para a elaboração do panorama cultural do município, identificando as manifestações, os segmentos, os bens e a infraestrutura física e tecnológica disponíveis. Também foi contatada a Câmara de Agronegócio, Comércio, Indústria e Serviços (CACISC) para verificar quais as propostas na área da cultura incluídas no seu Plano Estratégico 2013-2043 “A Cachoeira que queremos”, a fim de contemplá-las no PMC.

**3. Consulta às propostas apontadas nas três Conferências Municipais de Cultura.** O município, sempre que Conferências Nacionais de Cultura foram convocadas, providenciou a realização das Conferências Municipais de Cultura e se fez presente nas edições estaduais com o envio de delegados. Na II Conferência Nacional de Cultura, Cachoeira do Sul fez-se também representar com delegados em Brasília. A importância de se verificar as demandas advindas das conferências recai na possibilidade que tais instâncias oferecem de análise da situação, permitindo que o conjunto de informações e propostas sobre a área fundamentem

a construção do PMC. No levantamento dos resultados, as três conferências de âmbito municipal foram tabuladas em suas propostas aprovadas, resultando como demandas recorrentes a criação da Secretaria Municipal de Cultura, a formação, qualificação e atualização dos profissionais que atuam na área da cultura, a criação da lei de incentivo à cultura, a criação do Conselho Municipal de Cultura, o fortalecimento das associações e conselhos culturais, o registro, valorização, preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do município e a promoção da diversidade através da realização de atividades multiculturais. Das demandas resultantes das três conferências realizadas, foi conquistada, logo depois da II Conferência Municipal de Cultura, a criação e implantação do CMPC, que tem se mantido ativo e atuante desde então. Tabuladas as demandas das três conferências municipais de cultura, estavam garantidos os princípios do compartilhamento de informações, descentralização de decisões e participação da sociedade na construção do PMC.

#### **4. Análise das metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) e de sua relação com**

**o PMC.** A norma constitucional dispõe que o Sistema Nacional de Cultura (SNC) fundamenta-se em diretrizes estabelecidas no PNC, inclui em seus princípios a cooperação entre os entes federados e prevê planos de cultura nas respectivas esferas da federação (Constituição Federal, 1988, art. 216-A, §1º, IV, e §2º, V). No intuito, portanto, de atender às regras da pactuação federativa, foi realizado o referido estudo para integrar o PMC às metas nacionais, identificando as que podem ser replicadas na realidade municipal diagnosticada. As cinquenta e três metas do PNC (BRASIL, 2012) refletem as prioridades brasileiras e procuram expressar as demandas de seus diversos estados e municípios reunidos em conferências e outros eventos no país desde 2003. Dentre elas, foram identificadas quatorze metas que melhor expressam as necessidades e as propostas do município, quais sejam (redação resumida): 1. Município com sistema de cultura institucionalizado e implementado; 2. Município atualizando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais; 5. Município com legislação e políticas de patrimônio aprovadas; 12. 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar, com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural; 13. Professores de Arte de escolas públicas com formação continuada; 14. Escolas públicas de educação básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura; 15. Aumento de cursos técnicos habilitados pelo Ministério da Educação (MEC) no campo da arte e cultura com proporcional aumento de vagas; 18. Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com

conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura; 28. Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música; 31. Municípios com instituição e equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação; 36. Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo MinC em 30% dos municípios; 40: Disponibilização na internet de conteúdos que estejam em domínio público ou licenciados; 50, 51, 52 e 53: Metas sobre financiamento da cultura que tratam do aumento de recursos para a respectiva área. De acordo com Mamberti (2012, p. 9), “O alcance dessas metas depende da apropriação federativa, ou seja, da participação dos estados e municípios, que devem também criar seus planos de cultura e dar concretude ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)”.

#### **5. Coleta de propostas por meio de urna instalada em ponto de grande circulação de pessoas.**

Seguindo o exemplo de outros municípios, para dar voz a toda comunidade, o NMC disponibilizou uma urna na entrada da Casa de Cultura Paulo Salzano Vieira da Cunha, onde estão sediados a Biblioteca Pública Municipal “Dr. João Minssen”, uma das instituições municipais de cultura mais frequentada da cidade, e o Atelier Livre Municipal Professora Eluiza de Bem Vidal, com grande circulação de usuários e frequentadores de cursos e oficinas. A Casa de Cultura está estrategicamente situada na principal rua da cidade, local que concentra centros comerciais e de serviços com grande afluência de público. Na urna os interessados poderiam depositar demandas, sugestões e observações que entendessem pertinentes à construção do PMC. Apesar da divulgação e da estratégica colocação, poucos tiveram a iniciativa de usar a urna como mecanismo de diálogo entre a comunidade e a equipe encarregada da elaboração do instrumento. Resultou da análise da participação o anseio de que a cidade novamente tivesse uma escola superior de artes e música, a realização de concertos de música erudita e de canto lírico, corais, teatro de vários gêneros, eventos culturais voltados para público jovem, incentivo à música local e descentralização das iniciativas culturais, levando-as para os bairros.

#### **6. Instituição da Comissão Coordenadora do PMC em 7 de abril de 2015.**

Quando foram coletadas as demandas dos diversos segmentos abrangidos pela área cultural do município, bem como elaborada a sua caracterização e definido o panorama da cultura local, tornou-se necessária a instituição de uma Comissão Coordenadora, composta por representantes dos órgãos oficiais e da

sociedade civil. Dentre suas principais atribuições, destacam-se a de acompanhar, coordenar, discutir e avaliar, em conjunto com os responsáveis pela elaboração, o texto do PMC. Sua composição foi assim definida: diretora do Núcleo Municipal da Cultura, secretária do Governo Municipal, vereador representante do Legislativo, presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, vice-presidente da Amicus e representante das instituições culturais municipais. Os membros da Comissão foram convidados pelo NMC e empossados em reunião no gabinete do Prefeito, após a explanação sobre o projeto de elaboração do PMC e o seu cronograma de execução.

**7. Elaboração do esboço do PMC.** O desafio lançado pelo Curso para que o esboço do PMC fosse colocado na ferramenta *template* exigiu competências que os cursistas temeram não possuir, mas o resultado foi satisfatório. O *template* era o modelo a ser seguido para registrar virtualmente o PMC. Foi disponibilizado pela UFBA e apresentava, dentre outras, as dificuldades de alteração e/ou correção de informações e insegurança na efetiva atualização dos dados do PMC. A solução encontrada foi a manutenção de mensagens eletrônicas com a tutora, cujas respostas sempre ocorreram. Ressalta-se que, no início, foram enfrentadas dificuldades operacionais, principalmente para alterar itens da primeira versão, a serem modificados. Entretanto, a revisão do esboço e a incorporação de sugestões, após avaliação dos tutores, serviram de base para a elaboração de sua versão final.

**8. Participação no Encontro Regional Sul Presencial, em Porto Alegre/RS, em 6 e 7 de julho de 2015.** Este Encontro, realizado na Casa de Cultura Mário Quintana, foi promovido pelo MinC e pela UFBA, com apoio da Regional Sul desse Ministério, para avaliar o processo da Formação para Elaboração de Planos Municipais de Cultura em Ambiente de Aprendizagem a Distância nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os participantes coordenados pelos tutores e orientadores da UFBA, em conjunto e também em grupos, avaliaram o processo formativo em todas as suas etapas, a metodologia para elaboração do Plano com ênfase nos pontos críticos e o estágio de seu desenvolvimento em cada município. Cachoeira do Sul esteve representada por membros da Comissão Coordenadora do PMC, secretária do Governo Municipal, presidente do CMPC, vice-presidente da Amicus, e pelas responsáveis junto ao Curso: diretora do NMC, representante da sociedade civil e representante das instituições culturais municipais. Dentre os vinte e cinco municípios participantes do Rio Grande do Sul, somente Cachoeira do Sul, Carazinho e Planalto haviam feito o esboço do

plano na plataforma *template* dentro do prazo. Ao final do Encontro, foi pactuado o acompanhamento e monitoramento do Projeto MinC/UFBA até dezembro de 2015 para os municípios que desejassem avançar na elaboração do PMC, o que muito animou a delegação de Cachoeira do Sul, na perspectiva de concluir o seu Plano para encaminhamento ao Legislativo. Posteriormente, em outubro de 2015, o município recebeu documento de orientação técnica<sup>12</sup> do Projeto MinC/UFBA sobre a etapa de acompanhamento e monitoramento, informando que 60 municípios de todas as regiões teriam sido contemplados. O documento esclareceu que “foram selecionados os municípios que participaram do processo formativo e nos quais a administração municipal tem empreendido esforços em conjunto com a sociedade civil, na elaboração de seus respectivos planos municipais de cultura”. Esse critério foi um grande incentivo a todos os envolvidos, principalmente por ser um reforço às estratégias democráticas adotadas no município e elencadas no texto.

#### **9. Envio da primeira versão do PMC para análise de pessoas da comunidade.**

Foram escolhidas 12 pessoas com reconhecido entendimento da conjuntura local na área para opinarem sobre o PMC. A cada uma delas foi enviada uma correspondência com cópia da versão preliminar do PMC em que lhes era solicitada colaboração no sentido de analisar o documento e enviar contribuições para aperfeiçoá-lo e quaisquer outras alterações que julgassem pertinentes. Dentre as 12 pessoas estavam ex-dirigentes municipais de cultura, de educação e da Amicus, dirigentes e ex-dirigentes de instituições municipais de cultura, professores e mestres. As respostas das pessoas consultadas apontaram para um acertado trabalho de levantamento do diagnóstico cultural, de apontamento das necessidades da área para seu aperfeiçoamento e das perspectivas de crescimento que se vislumbram pela aplicação de instrumentos de gestão capazes de balizar e nortear ações. As consultas foram realizadas entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2015.

#### **10. Reunião da Comissão Coordenadora para análise da versão final do PMC:** na oportunidade, os membros da referida Comissão assistiram a uma apresentação em *powerpoint* do conteúdo do PMC, para eventuais contribuições e ajustes. Após discussão, seus membros aprovaram a versão final, liberando-a para encaminhamento à audiência pública.

---

<sup>12</sup> Orientação Técnica de Acompanhamento e Monitoramento para Elaboração de Planos Municipais de Cultura do Projeto MinC/UFBA, 27 out. 2015.

**11. Divulgação e publicação da versão final do PMC.** A divulgação do projeto de elaboração do PMC decenal foi feita por meio da imprensa local, da publicação em sites e de correspondência de mobilização. O Jornal do Povo, órgão da imprensa local e diário oficial do município, além de publicar a versão final no seu site para conhecimento dos leitores, publicou notícias e entrevistas consistentes sobre o tema. As publicações em sites, inclusive da Prefeitura Municipal, oportunizaram a divulgação do Plano para a sua discussão nas audiências públicas.

**12. Audiência pública promovida pelo Executivo Municipal para apresentação, discussão e aprovação da versão final do PMC.** Em 4 de novembro de 2015, na Câmara de Vereadores, com a presença do Prefeito, dos integrantes da Comissão Coordenadora e de mais de uma centena de participantes fez-se a apresentação do Plano. Ao final, foi dada a palavra aos presentes, mediante inscrições. No caso de perguntas sobre o Plano, as respostas ficaram a cargo da equipe de elaboração. Foi apresentada e registrada uma proposta referente à garantia de acessibilidade de pessoas deficientes aos equipamentos culturais. No encerramento da audiência, todos foram convidados, como sujeitos e parceiros, para acompanharem a tramitação do PMC no Legislativo até a sua aprovação e durante sua implementação nos próximos 10 anos. Havia a expectativa de uma presença mais significativa e uma participação mais efetiva do público na discussão, o que talvez não tenha ocorrido em razão da data pouco propícia e da ineficiente mobilização que se percebe na área cultural.

**13. Pronunciamentos sobre o PMC na Tribuna Popular da Câmara de Vereadores.** Em 16 de novembro de 2015, acatando sugestão do Vereador representante da Câmara de Vereadores na Comissão Coordenadora da elaboração do PMC, a dirigente municipal de cultura, representando a citada Comissão, e a representante da sociedade civil, pela equipe de elaboração, mediante inscrição, informaram especialmente os membros do Legislativo sobre a importância do PMC decenal, destacando o processo de sua elaboração.

**14. Envio do Projeto de Lei referente ao PMC pelo Executivo Municipal à Câmara de Vereadores em dia 17 de novembro de 2015.** Destaca-se que a Procuradoria Jurídica da Prefeitura contou com o apoio da equipe de elaboração do PMC na redação do projeto de lei e na ênfase das mensagens.

**15. Audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores em 28 de dezembro de 2015.** Esta audiência foi realizada com o objetivo de oferecer mais uma

oportunidade aos cidadãos para conhecerem o PMC e também para esclarecer possíveis dúvidas dos vereadores. Foram convidadas a falar sobre o PMC a secretária do governo municipal (interlocutora com a Câmara), a dirigente cultural do município e a equipe de elaboração. Houve pronunciamento de dois vereadores e foi aberta a palavra ao público. No momento, manifestaram-se representantes do segmento do carnaval e do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (COMPPPIR) que salientaram a satisfação de verem incluídos no conteúdo do PMC suas entidades e anseios. Devido provavelmente a problema de calendário, mais uma vez verifica-se pouca presença de interessados em derradeira oportunidade oferecida para discussão e apresentação de propostas.

**16. Sessão de aprovação por unanimidade da Lei do Plano Municipal de Cultura pela Câmara de Vereadores, após votação das cinco emendas lidas e aprovadas, em 20 de janeiro de 2016.** Quatro emendas foram à Meta 5, referente à realização de ações propostas pelos diversos segmentos culturais do Município, com financiamento pelo poder público e/ou pela sociedade civil. Foram, portanto, adicionadas a dezenove já previstas, as seguintes ações: o apoio à realização da Romaria Diocesana, a grupos de dança mantidos por escolas, CTGs<sup>13</sup> ou outras entidades da sociedade civil, a feiras realizadas no município de Cachoeira do Sul, com retorno social à comunidade e à realização de eventos culturais desenvolvidos por entidades ligadas às pessoas com deficiência. A quinta emenda referiu-se à Meta 10 que prevê recursos técnicos e tecnológicos às instituições municipais de cultura para a melhoria de seu atendimento à população, propondo a criação de estúdio para gravação musical com intuito de promoção de novos talentos locais.

**17. Sanção pelo Prefeito Municipal e publicação em órgão oficial da Lei municipal nº 4.432, de 21 de janeiro de 2016.** Como o PMC representa um grande passo do município na gestão da cultura, acompanhar a sua operacionalização e cumprimento é também uma forma de estabelecer um permanente diálogo com as instituições e atores culturais, uma vez que a cultura, como processo vivo, está em constante movimento. Um plano, ainda que tenha um tempo de validade e aplicação, sempre encetará a preparação de outro em cujo arcabouço devem constar as ações identitárias da cultura local e as novas propostas que surgem, dando-lhe a condição e a capacidade de documento/instrumento em permanente diálogo com o cenário cultural. Talvez tenha sido esta capacidade de

---

<sup>13</sup> Centro de Tradições Gaúchas.

documento aberto e ao mesmo tempo hermético em relação às características culturais locais o grande desafio de sua elaboração.

Decorridos dois anos da vigência do PMC, o município já pode celebrar o cumprimento de significativas ações em sete das 11 metas previstas, com destaque para restauro concluído de três importantes patrimônios, o Paço Municipal, o Château d'Eau<sup>14</sup> e a fachada do Residencial União de Moços (Meta 3), e a execução de uma parceria com o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM/Campus Cachoeira do Sul para a realização de levantamento cadastral de outro bem tombado do patrimônio histórico, a Casa de Cultura Paulo Salzano Vieira da Cunha. Outras ações que têm sido cumpridas pela administração municipal referem-se ao apoio à realização de eventos culturais de referência, como a Feira do Livro, a Vigília do Canto Gaúcho, o Festival Estadual de Bandas e o Festival Gaúcho Estadual Estudantil (FEGAES), apoio às ações da COMPPPIR, especialmente no mês da consciência negra, apoio e co-promoção com a Secretaria do Trabalho e Ação Social (STAS) do Mês da Cultura Guarani, dentre outras previstas na Meta 5. Também ações de qualificação de servidores têm demonstrado atenção com o que determina a Meta 7. O restauro do prédio do Paço Municipal representou um grande avanço para atendimento da demanda de melhoria e qualificação das instalações e serviços oferecidos pelo Museu Municipal (Meta 9), uma vez que a administração municipal tomou a decisão de transferir aquela instituição para as suas dependências, inserindo-a adequadamente no Centro Histórico e em instalações consentâneas com a importância de seu papel de casa da memória cachoeirense.

---

<sup>14</sup> Patrimônios tombados apresentados na Figura 1, antes da restauração, e na Figura 2, depois da restauração.



**Figura 1:** Château d'Eau e Paço Municipal antes da restauração



**Fonte:** Mirian Ritzel, 2013.

**Figura 2:** Château d'Eau e Paço Municipal (atual Museu) após restauração



**Fonte:** Renato F. Thomsen, 2017.

A aprovação e implantação do PMC do município de Cachoeira do Sul para o decênio 2016/2025 forneceram um caminho seguro para a gestão de uma área com forte tradição, mas carente de instrumentos que mostrassem à própria comunidade o quanto significativo pode ser para o desenvolvimento das potencialidades municipais. Mesmo que o SMC não esteja implantado em sua totalidade, ter o PMC é como encontrar um farol que oferece horizontes a serem atingidos ou implementados, permitindo que o município, reconhecido como polo cultural, possa finalmente responder às questões “Quem somos?” e “Para onde queremos ir?”

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Cidades**, Cachoeira do Sul, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. **Como fazer um Plano de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública, Brasília, MinC, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura e Universidade Federal da Bahia. **Orientação Técnica de Acompanhamento e Monitoramento para Elaboração de Planos Municipais de Cultura do Projeto**. MinC/UFBA, 27 out. 2015.

MAMBERTI, Sérgio. A gestão da cultura – um desafio de todos. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Desafios do planejamento em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 273-88, mar./abr., 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a Cultura na Agenda**. 2030, 2019.

SCHUH, Angela; CARLOS, Ione Sanmartin. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.